

Assunto: **Pedido de esclarecimento - PE nº 90022/2024 - PREF. MUN. DE SAQUAREMA/RJ**

De: Lucas Mollmann <lucasmollmann@vmadvocacia.net>

Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Data: 03/09/2024 16:29



Boa tarde, Prezados!

Solicitamos esclarecimentos referente aos seguintes pontos:

Questionamento 1 - Caso o cartão seja Não-Nominal (físico) porém Nominal digital, segue a seguinte tratativa: o cartão é vinculado pelo BIN (número de registro na bandeira Mastercard). Esse BIN é registrado e vinculado no momento do recebimento do cartão pelo colaborador, sendo que esse registro ocorre em nosso aplicativo, que automaticamente o associa ao CPF do colaborador. Dessa forma, o Banco Central e a Receita Federal identificam que o cartão está nominalmente registrado digitalmente perante os órgãos. Se tiver apenas a identificação da marca do cartão impressa e, no verso, os números do cartão, validade, código de segurança e o QR Code de ativação do cartão, isso atende à necessidade da CONTRATANTE?

Questionamento 2 - Visto que no item 4.1.7 é mencionado que empresas de arranjo aberto e fechado podem participar, quais documentos devem ser apresentados por empresas de arranjo aberto para comprovar a rede credenciada, considerando que o cartão é bandeirado e aceito em qualquer estabelecimento que aceite Mastercard?

Atenciosamente



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Sala do Pregão Eletrônico



PROCESSO Nº 14202/23
FLS. 531 RUBRICA P

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Pregão Eletrônico nº 90022/2024

Processo nº: 14.202/2023

Solicitante: LUCAS MOLLMANN

Saquarema, 04 de setembro de 2024.

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao e-mail de 03/09/2024 às 16:29h que se refere a solicitação de:

Pergunta:

Solicitamos esclarecimentos referente aos seguintes pontos:

Questionamento 1 - Caso o cartão seja Não-Nominal (físico) porém nominal digital, segue a seguinte tratativa: o cartão é vinculado pelo BIN (número de registro na bandeira Mastercard). Esse BIN é registrado e vinculado no momento do recebimento do cartão pelo colaborador, sendo que esse registro ocorre em nosso aplicativo, que automaticamente o associa ao CPF do colaborador. Dessa forma, o Banco Central e a Receita Federal identificam que o cartão está nominalmente registrado digitalmente perante os órgãos. Se tiver apenas a identificação da marca do cartão impressa e, no verso, os números do cartão, validade, código de segurança e o QR Code de ativação do cartão, isso atende à necessidade da CONTRATANTE?

Resposta: Em resposta à sua consulta, esclarecemos que conforme disposto no subitem 4.1.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital):

4.1.2. Os cartões deverão conter identificação (nome e código do cartão), o qual será validado por meio de senha individual durante a execução de qualquer operação realizada nos estabelecimentos da rede conveniada.

Desta forma, o objeto ofertado em desacordo com o estipulado no Termo de Referência, não atende à presente contratação.



PROCESSO Nº 14202/23

FLS. 532 RUBRICA R

Questionamento 2 - Visto que no item 4.1.7 é mencionado que empresas de arranjo aberto e fechado podem participar, quais documentos devem ser apresentados por empresas de arranjo aberto para comprovar a rede credenciada, considerando que o cartão é bandeirado e aceito em qualquer estabelecimento que aceite Mastercard?

Resposta: Em resposta à pergunta sobre a exigência de comprovação do quantitativo de estabelecimentos credenciados para empresas pertencentes ao arranjo de pagamento aberto, é importante destacar que a limitação geográfica é um requisito essencial na contratação. Se for possível implementar tal restrição, ela deverá estar em conformidade com os requisitos e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.


Especificamente, o art. 1º, § 5º, da Lei nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, determina que o cartão alimentação somente poderá ser utilizado pelo servidor público municipal nos limites do Município de Saquarema. Além disso, o Termo de Referência estabelece:

11.18. Com base no art. 1º, § 5º da Lei Municipal nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, a contratada deverá dispor de um SISTEMA que limite a utilização do cartão alimentação aos estabelecimentos comerciais situados no Município de Saquarema.

11.19. A eficácia do sistema será avaliada ao longo da execução contratual, e qualquer falha na restrição do uso do benefício dentro do perímetro territorial do Município de Saquarema resultará no descumprimento da obrigação contratual.

Acreditamos ter prestado satisfatoriamente os esclarecimentos solicitados. Nos colocamos a disposição, caso haja necessidade de novos esclarecimentos.

Atenciosamente,


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro
Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109